

13 de Maio é o Dia do Zootecnista

Seu trabalho enriquece o País e melhora a alimentação da população

Grande parte do sucesso do Brasil como importante exportador de carnes e de animais é devido ao trabalho dos Zootecnistas. O aumento da produção de alimentos de origem animal, para consumo interno, também.

O Zootecnista é um profissional indispensável, principalmente para um país, como o nosso, que é um dos maiores produtores de carne bovina, de aves e suína do mundo.

Ele planeja, administra e orienta as fazendas e centros de criação, incluindo o manejo, a nutrição, a reprodução e as instalações e também promove e participa das pesquisas que levam ao desenvolvimento de novas técnicas com o objetivo de aumentar a eficiência econômica, a produtividade e a qualidade.

Quando o leitor estiver saboreando, por exemplo, um suculento bife, passando manteiga no pão, comendo um bom queijo, tomando um copo de leite, comendo um hamburger ou um cachorro quente, lembre-se que parte dessa satisfação é devida ao trabalho do Zootecnista.

CRMV/RJ – Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Rio de Janeiro – Fiscalizando o exercício profissional em defesa da sociedade.

Transcrição da matéria paga publicada em O Globo, no sábado, dia 13 de maio



Antenor Andrade, que dirige o mais importante biotério do País, explica de forma definitiva o uso dos animais de laboratório na pesquisa e suas limitações

Páginas 4 e 5

Veterinário faz bom trabalho como prefeito de Cantagalo

Administrador nato e com experiência política, nosso colega, médico veterinário Joaquim Augusto Carvalho de Paula, vem desempenhando com grande eficiência sua missão como prefeito.

Página 5



Câmara de Presidentes sugere novas normas para eleições no Conselho Federal

A idéia básica é tornar o processo mais democrático. A votação deverá ser direta, por todos os veterinários e zootecnistas do Brasil

A Câmara Nacional de Presidentes - CFMV/CRMVs esteve reunida, durante os dias 05 e 06 de maio último na cidade de Cuiabá para tratar de assuntos relacionados com o sistema de eleições para o CFMV e chegaram a uma série de conclusões que estão resumidas a seguir: (1) a Diretoria Executiva será isolada e os conselheiros vinculados à chapa do CRMV; (2) o mandato do conselheiro é do Estado, sendo assim, caso haja afastamento do titular, assumirá o cargo o conselheiro suplente; (3) o mandato será de quatro anos; (4) a reeleição não é vedada mas ela poderá acontecer somente uma vez para o mesmo cargo; (5) permanecem a obrigatoriedade do voto, a multa para os não votantes e o reconhecimento da firma; (6) será mantida a utilização dos Correios somada à aplicação de instrumentos para a modernização do processo, mantendo ainda o voto presencial; (7) serão estabelecidos limites máximo e mínimo para os CRMVs, não havendo suplentes; (8) as eleições durarão até dois dias; (9) será declarada vencedora a chapa que obtiver maioria simples, independentemente do número de chapas concorrentes; (10) será considerada a maioria de votos obtidos por unidade federativa, no total de 27 estados.

O Presidente do CFMV assumiu o compromisso de fazer a redação final das propostas e discutir a matéria na Reunião Plenária do CFMV, que é o órgão do Sistema com autoridade para aprová-la preliminarmente. Sendo aprovado, o texto será encaminhado aos presidentes dos CRMVs, para conhecimento e discussão. Depois, será submetido à votação em outra Reunião Plenária do CFMV para aprovação definitiva. Em seguida, será encaminhado a um parlamentar que o submeterá à aprovação do Congresso Nacional.

E mais...

- Atividades & Notícias
- Zootecnia
- Agenda
- Balancete

Editorial: Bom comportamento dá lucro

Agenda

VII Encontro de Veterinária Militar, II Simpósio de Medicina Veterinária da AMAN e II Fórum de Zoonoses Emergentes
 Data: 19 a 22 de junho de 2006
 Local: Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) - Resende/RJ
 Informações: (24) 3358-4850 encontrovet2006@gmail.com

9º Congresso Panamericano de Leite
 Data: 20 a 23 de junho de 2006
 Local: Centro de Exposições Fiergs, em Porto Alegre/RS
 Informações: www.9panleite.com.br

Encontro de Homeopatia do Estado do Rio de Janeiro
 Data: 23 a 25 de junho de 2006
 Local: Hospital Universitário Gaffrée e Guinle - Rio de Janeiro
 Informações: www.amherj.org.br

**VIII SACAMEV
 Semana Acadêmica de Medicina Veterinária**
 Data: 10 a 14 de julho de 2006
 Local: UENF - Campos dos Goitacazes, Rio de Janeiro
 Informações: coordenacaogeralsacamev@bol.com.br

3ª Feira Nacional de Produtos e Serviços para Pequenos Animais
Fort Pet Vet 2006 - 1º Forum Do Meio Ambiente
 Data: 13 a 15 de julho de 2006
 Local: Centro de Convenções - Fortaleza/CE
 Informações: (85) 3257-6382 3088-9791
 www.aemproeventos.com.br

III Encontro em Tópicos especiais na Clínica Médica de Felinos
 Data: 15 e 16 de julho de 2006
 Local: Faculdade de Veterinária - UFF, em Niterói/RJ
 Informações: (21) 2629-9506

UFRRJ - XIX Semana Acadêmica de Zootecnia e Simpósio de Aqüicultura - Grupo Pirá
 Data: 17 a 21 de julho de 2006
 Local: Instituto de Zootecnia da UFRRJ - Seropédica
 Informações: (21) 3787-3975 daz@ufrj.br nelsonmat@ufrj.br

VI Conferência Sul-americana de Medicina Veterinária Rio Vet Trade Show
 Data: 03 a 06 de agosto de 2006
 Local: Riocentro - Rio de Janeiro
 Informações: (21) 3878-1610 3878-2777
 www.abma.org.br

XXIII SEMEV - Semana do Médico Veterinário
 Data: 11 a 15 de setembro de 2006
 Local: UFRR - Seropédica
 Informações: (21) 2682-1324 2682-1210 Ramal 233
 dagh@ufrj.br

9th World Veterinary Congress of Anaesthesia
 Data: 12 a 15 de setembro de 2006
 Local: Santos/SP
 Informações: www.cbav.org.br/congresso

XX Congresso Brasileiro de Ciência e Tecnologia de Alimentos
 Data: 08 a 11 de outubro de 2006
 Local: Expotrade - Curitiba - PR
 Informações: (41) 3022-1247 3342-5062
 secretaria@xxcbcta.com.br

Biofach América Latina - Expo Sustentat
 Data: 25 a 27 de outubro de 2006
 Local: Transamérica Expo Center - São Paulo
 Informações: www.biofach-americalatina.com.br
 www.expo-sustentat.com.br

XVII Congresso Estadual de Medicina Veterinária
 Data: 25 a 28 de outubro de 2006
 Local: Gramado - RS
 Informações: www.sovergs.com.br/congresso

30th International Conference on Animal Genetics - ISAG 2006
 Data: 20 a 25 de agosto de 2006
 Local: Porto Seguro - Bahia
 Informações: www.cbra.org.br/isag2006
 isag2006@cbra.org.br

MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS Período de 29 de março a 30 de abril de 2006

INSCRIÇÕES – Médicos Veterinários

8374 - Fernanda Sampaio Arizio Paiani Durão
 8375 - Camila Lopes da Cunha
 8376 - Flávio de Oliveira Rocha
 8377 - Angela Antunes
 8378 - Lara Lages da Silveira
 8379 - Renato Freitas Lima
 8380 - Marina Ayres Caldas
 8382 - Erica Dias Campos
 8383 - Tatiana Assumpção Barcellos
 8385 - Barbara Alves Bittar de Moura
 8386 - Ricardo Romero Cardoso Machado
 8387 - Gabriel Maksoud Greco
 8388 - Thiago Almeida Claudino
 8389 - Annelise Ribeiro Sampaio e Silva
 8390 - Lucia Cozer
 8391 - Sabrina Oliveira dos Santos
 8392 - Melissa Cattete Reis
 8393 - Leandro Antonio Mendonça Campos
 8394 - Paula Barreto Dias de Araújo
 8396 - Rodrigo Vieira Lobo
 8397 - Juliana Felonta de Lima
 8398 - Francine Peres Ferraz
 8399 - Patricia Reid Begossi
 8401 - Daniel Veluk Dias Baptista
 8402 - Marina Carvalho Furtado
 8403 - André Nunes de Sales
 8404 - Rodrigo Ribeiro Lima
 8405 - Adriana de Carvalho Stehling
 8406 - Claudia Leal Deister de Freitas
 8407 - Julio de Albuquerque Moura Neto
 8408 - Francis Arthur Seco Prando
 8409 - Manuela Ferreira de Carvalho
 8410 - Flávia Aline Andrade Calixto
 8411 - Bruno Paiva Bernardes
 8412 - Manoella Tuppan da Rocha Lima
 8413 - Marcus Sandes Pires
 8414 - Mônica Jorge Luz
 8415 - Fabricia da Silva Duarte
 8416 - Patrícia de Souza Medeiros
 8417 - Jaqueline de Oliveira Madalena

Inscrição Secundária

8381 "S" - Ulisses Jorge Pereira Stelmann
 8395 "S" - Ana Paula Co Lisboa
 8400 "S" - Renata Couto Rijo

Transferência Recebida no CRMV/RJ

8384 - Paulo Sergio Cruz de Andrade Junior (CRMV/ES)

Transferência para Outro CRMV

5625 - Fabiana Carvalho Vargas (CRMV/SP)

ZOOTECNISTAS - Transferência para Outro CRMV

460/Z - Giselle Mariano Lessa de Assis (CRMV/AC)

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado Rio de Janeiro Balanço Financeiro – Março/2006

Receita		Despesa	
Receita orçamentária	487.456,20	Despesa orçamentária	183.959,28
Receitas correntes	487.456,20	Despesas correntes	182.294,28
Receita de contribuições	456.944,54	Despesas de custeio	121.294,28
Receita patrimonial	11.635,78	Despesas de capital	1.665,00
Receitas de serviços	6.201,81	Investimentos	1.665,00
Outras receitas correntes	12.674,07		
Receita extra-orçamentária	15.830,60	Despesa extra-orçamentária	31.756,20
Diversos responsáveis	0,00	Diversos responsáveis	161,57
Devedores da entidade	895,01	Devedores da entidade	558,70
Restos a pagar	0,00	Entidades públicas devedoras	0,00
Consignações	12.553,00	Consignações	12.227,19
Credores da entidade	2.382,59	Credores da entidade	2.488,24
Entidades públicas credoras	0,00	Entidades públicas credoras	0,00
Saldos do exercício anterior	1.227.315,87	Saldos para o exercício seguinte	1.794.626,77
Bancos-c/movimento	101.192,68	Bancos-c/movimento	179.430,20
Bancos-c/arrecadação	193.656,74	Bancos-c/arrecadação	156.556,48
Responsável por suprimento	3.598,80	Responsável por suprimento	1.810,00
Bancos-c/vinculada a aplicações	928.867,65	Bancos-c/vinculada a aplicações	1.456.830,09
Total	1.730.602,67	Total	2.010.342,25

Eduardo Batista Borges - Presidente
 CRMV-RJ N° 1.502
 CPF: 267.182.437-87

Everardo Duarte Machado - Tesoureiro
 CRMV-RJ N° 1273
 CPF: 050.801.421-20

Ana Maria da Cunha - Contadora
 CRC-RJ N° 7.712-1
 CPF: 550.910.247-00

Endereços desatualizados

Cerca de 200 médicos veterinários e 50 zootecnistas estão com seus endereços desatualizados no cadastro do CRMV-RJ. Isto causa prejuízos importantes tanto para os profissionais inscritos como para o Conselho. Como a correspondência não chega aos destinatários, estes, além de ficarem desatualizados em relação às alterações da legislação e as novidades, ainda passam pelo dissabor da cobrança judicial das anuidades.

*De acordo com o artigo 23 da Resolução CFMV nº 680/2000
 "Todo profissional fica obrigado a comunicar, por escrito, ao Conselho qualquer mudança de endereço ou domicílio"*

Editorial

Eduardo Batista Borges - presidente CRMV-RJ

Bom comportamento dá lucro

A globalização crescente em todos os setores da atividade humana, notadamente graças ao progresso das comunicações e dos métodos de processamento e difusão da palavra escrita e oral, vem mudando de forma significativa o perfil do profissional desejado pelas empresas. Se tempos atrás, a especialização era a exigência mais importante na seleção dos recursos humanos, atualmente isso já não basta.

A empresa moderna e, portanto a que sobreviverá às rápidas mudanças exigidas pela concorrência, quer muito mais. Ela prioriza outras habilitações e qualidades, como criatividade, cultura geral, espírito de liderança, capacidade de trabalhar em equipe, conhecimento de idiomas e, é claro, de informática. Saber onde, quando e como conseguir a informação e selecionar as fontes, vale mais do que o antigo conhecimento enciclopédico.

Mas o que os selecionadores de executivos estão valorizando cada vez mais, é o velho "bom comportamento", conceito de uma enorme amplitude que engloba qualidades as mais variadas que vão desde saber como se vestir e se comportar numa reunião de negócios, num encontro social ou numa mesa de almoço, até os princípios morais e éticos, passando pela atitude. Em suma, é preciso ter "bom comportamento" em todas as situações, tanto nas estritamente profissionais - como na abordagem a um chefe, subordinado, cliente, fornecedor ou comprador - como nas sociais.

E bom comportamento, como poderia ter dito o Conselheiro Acácio, o grande amante do óbvio, é saber como comportar-se adequadamente, o que não é pouco nesse país de Terceiro Mundo, onde levar vantagem em tudo é a regra, onde a moral e a ética nunca estiveram em nível tão baixo, onde a roubalheira, o mais deslavado cinismo e a falta de educação estão na moda e plenamente exercidos por aqueles que, por sua posição social, deveriam dar o exemplo. Vivemos num país em que, segundo a Unesco, a educação é pior do que a do Haiti e de Ruanda.

O bom comportamento decorre de uma boa educação, no sentido amplo. E ele dá lucro como prova - entre outras - a mais bem sucedida companhia de aviação do mundo (a Southwest Airlines, dos Estados Unidos, que, nas últimas três décadas, ganhou todos os prêmios de eficiência, pontualidade, lucratividade, bom atendimento, fidelidade dos clientes, menor índice de demissões, etc, etc...) e que tem como estratégia, aplicada quase em nível religioso, o bom comportamento dos seus dirigentes e funcionários.

Atividades & Notícias

Dia do Zootecnista

No dia 11 de maio passado, houve a comemoração do Dia do Zootecnista, no Instituto de Zootecnia da UFRRJ. Na oportunidade, foi inaugurado um excelente anfiteatro que recebeu o nome de Anfiteatro dos Zootecnistas e homenageado com o Título Honra ao Mérito Zootecnia pelo Conselho, o Prof. Nelson Jorge Moraes Matos. O evento contou com a presença do Magnífico Reitor da Universidade, Prof. Ricardo Motta Miranda, do presidente do CRMV/RJ, Dr. Eduardo Batista Borges, além de outras autoridades e muitos profissionais e estudantes.



Residência Médico-Veterinária

O Conselho Federal de Medicina Veterinária, através da Resolução nº 824, de 31/03/2006, reconheceu e regulamentou a Residência Médico-Veterinária como modalidade diferenciada de ensino de pós-graduação, lato sensu destinada a médicos veterinários, caracterizada por um programa intensivo de treinamento profissional supervisionado, em serviços de assistência médico-veterinária, prestados por instituições de ensino superior que oferecem Programa de Residência Médico-Veterinária. Veja a resolução na íntegra: www.crmvrj.com.br ou www.cfmv.org.br.

Curso de Pós-graduação Lato Sensu

A Faculdade de Medicina Veterinária de Valença abriu inscrição para nova turma do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Anestesiologia e Cirurgia de Pequenos Animais, com duração de 360 horas, com início em setembro de 2006 e duração de 12 meses. As inscrições são feitas pelo site www.faa.edu.br. Informações: (24) 2453-1888 Ramal 1914.

Colégio Brasileiro de Radiologia Veterinária

Conforme eleição ocorrida em 19/03/06, foi eleito para o cargo de Presidente do Colégio Brasileiro de Radiologia Veterinária (colegio@abrvm.com.br) Triênio 2006/2009, o médico veterinário Luiz Sérgio Ramadilha. O Colégio é um órgão ligado à Associação Brasileira de Radiologia Veterinária e a meta da nova diretoria é incrementar o controle das displasias, como a coxofemoral e a do cotovelo, trabalhar para o reconhecimento da especialidade, dinamizar a entrada de novos membros e lutar para trazer o Congresso da International Veterinary Radiology Association de 2009 para o Rio de Janeiro. Este ano o Congresso acontecerá no período de 7 a 11 de agosto, na cidade de Vancouver - Canadá. Informações: www.abrv.com.br ou www.acrv.org

Uso de animais na experim



A imprensa leiga vem divulgando uma série de matérias condenando o uso dos animais na pesquisa científica com entrevistas de pessoas bem intencionadas mas nem sempre suficientemente informadas sobre o assunto.

Com o objetivo de dirimir dúvidas e esclarecer os conceitos e práticas universalmente aceitas, ouvimos o médico veterinário Antenor Andrade, responsável pelo CECAL – Centro de Criação de Animais de Laboratório – da Fiocruz, especialista internacionalmente reconhecido

Criar animais de laboratório é uma atividade complexa que exige, sobretudo, competência, responsabilidade e dedicação.

As instituições de nosso país têm investido fortemente na construção de biotérios ou na sua adequação visando, principalmente, o bem-estar animal e a obtenção de animais de qualidade compatíveis com os trabalhos a serem realizados, pois uma pesquisa, segundo critérios estabelecidos internacionalmente, só é válida quando feita em animais criados sob rigorosas barreiras sanitárias, ou seja, livres de germes patogênicos específicos (S.P.F.).

Os responsáveis pelas instituições procuram atender a todos os requisitos dos animais. Assim, nos ambientes onde eles são criados e mantidos são considerados vários aspectos como, a luminosidade, a temperatura, a pressão

atmosférica, a umidade relativa do ar e a sua renovação, a ausência de ruídos e a dieta alimentar, conforme a espécie animal. Para garantir este padrão durante 24 horas, são instalados sistemas de ar condicionado central controlados por sistemas computadorizados e o gerador de emergência evita a solução de continuidade das condições ambientais na falta de energia elétrica.

Estas instalações são dotadas de equipamentos especiais que permitem manter os animais em ambientes protegidos e a adoção de barreiras sanitárias rígidas dificulta a sua contaminação. A continuidade dos trabalhos com segurança e a qualidade dos animais nos ambientes bioprotetidos são asseguradas através da monitorização dos animais e ambientes, por meio de exames laboratoriais.

A instalação de Equipamentos de Proteção Coletiva (E.P.C.) e o uso de Equipamentos de Proteção Individual (E.P.I.), conforme a atividade e a espécie animal manipulada, permitem o atendimento às normas de biossegurança que visam preservar tanto os animais quanto os técnicos que os manipulam.

As equipes responsáveis pela criação e experimentação animal são especializadas e atualizadas através de cursos específicos e a participação em congressos, simpósios e workshops, bem como de cursos de reciclagem praticados em várias instituições.

Microambiente

O espaço físico destinado ao animal (gaiola) permite que ele realize suas necessidades fisiológicas e comportamentais, interação social, desenvolvimento de hierarquias e formação de grupos, atendendo assim às suas necessidades primordiais.

Conforme a espécie animal, no caso dos roedores, este ambiente é dotado de “cama” (raspa de madeira inodora e atóxica) com a finalidade de absorver o líquido oriundo das fezes e urina, além de permitir a formação de ninho e promover isolamento entre o animal e o material do fundo da gaiola.

Outros animais como primatas não humanos e cães, têm seus recintos enriquecidos com brinquedos, como recurso de entretenimento, que lhes proporcionam distração, a fim de minimizar o estresse natural de confinamento. É o conhecido enriquecimento ambiental.

Os animais de médio e grande portes são alojados em recintos interno-externos, protegidos das temperaturas altas ou de outras condições climáticas adversas. O piso não escorregadio, os comedouros e bebedouros na altura adequada à espécie e a existência de piquetes para exercício proporcionam bem-estar a estes animais.

Monitoramento e manejo

Os biotérios das instituições brasileiras seguem o Guia para Cuidados e Uso de Animais de Laboratório do Institute of Laboratory Animal Resources Council - ICLAS adotado internacionalmente.

Para monitorar a qualidade sanitária dos animais e do ambiente existem os Laboratórios de Controle da Qualidade Animal que, através dos resultados dos testes orienta quais as providências a serem adotadas.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis - IBAMA fiscaliza a criação de animais silvestres através de inspeções e relatórios.

Os Serviços de Gestão da Qualidade elaboram mapas de risco, realizam inspeções e auditorias internas para verificar se estão sendo obedecidas as normas de biossegurança e de qualidade. Coordenam a elaboração da documentação da qualidade como por exemplo: Manuais e Procedimentos Operacionais Padronizados (POPs), de forma a garantir que os serviços e produtos atendam aos requisitos exigidos pelas Normas.

As Comissões de Ética no Uso de Animais - CEUA garantem a manipulação adequada desse reagente biológico, através da liberação de projetos contendo protocolos compatíveis com o uso e o bem-estar animal. Algumas instituições contam também com um Comitê de Usuários de Animais de Laboratório - CUAL. Estas instâncias estabelecem critérios para a criação e a experimentação animal, evitando práticas irregulares e até mesmo suspendendo atividades não conformes.

Experimentação

A evolução científica e tecnológica gerou a necessidade de se realizar pesquisas com animais e a manipulação de agentes patogênicos o que obrigou a comunidade científica a instituir os biotérios ou laboratórios de experimentação animal, onde estes seriam mantidos no mesmo padrão de excelência dos biotérios de criação, a fim de assegurar confiabilidade aos resultados experimentais.

As pesquisas e estudos realizados por meio da experimentação animal revelam-se de extrema importância quanto à sua contribuição para a saúde humana e animal, o desenvolvimento do conhecimento e o bem da sociedade. Apesar de serem praticadas diversas abordagens alternativas à viviseção, como o uso de cultura de células ou o uso de simulações computacionais, a pesquisa biomédica e biológica ainda não pode prescindir dos procedimentos que utilizam animais de laboratório. Normas internacionais exigem o teste de vacinas em animais experimentais a fim de garantir a sua qualidade para o uso humano.

A atuação da comunidade científica tem se pautado em princípios éticos que norteiam a conduta dos profissionais no trato e uso humanitário dos animais de laboratório. O Colégio Brasileiro de Experimentação Animal - COBEA instituiu, em 1991, os Princípios Éticos na Experimentação Animal, dos quais destaco os seguintes:

“Na prática da experimentação biológica o profissional envolvido deve ter consciência de que o animal é dotado de sensibilidade e de memória e que sofre sem poder escapar da dor”.

“É primordial manter posturas de respeito ao animal, como ser vivo e considerar a sua relevância para a saúde humana e animal ou o bem da sociedade”.

“Deve ser considerada a possibilidade de utilização de métodos alternativos, como modelos matemáticos, simulações computadorizadas, sistemas biológicos in vitro, utilizando-se o menor número possível de animais, se caracterizada como única alternativa plausível”.

“Todos os procedimentos com animais, que possam causar dor ou angústia, precisam ser desenvolvidos com sedação, analgesia ou anestesia”.

Não existe quase nenhum procedimento médico que não se baseie em algum conhecimento obtido através de pesquisa animal. Assim, podemos citar a descoberta dos anestésicos gerais, a medida de pressão arterial, os estudos de várias doenças e a sua cura, o aumento da sobrevivência de

A medicina atual não existiria se apagássemos o que resultou da contribuição das pesquisas feitas em animais e sem ela morreríamos de doenças banais como sífilis e varíola.

portadores de doenças ainda incuráveis, como o câncer, as doenças cardíacas e a AIDS.

A medicina atual não existiria se apagássemos o que resultou da contribuição das pesquisas feitas em animais e sem ela morreríamos de doenças banais como sífilis e varíola. A mortalidade infantil não teria sido reduzida drasticamente e a nossa expectativa de vida não teria sido elevada aos níveis atuais. No momento, a pesquisa científica em instituições nacionais e do mundo encontra novas soluções para a cura de um grande número de doenças, algumas delas emergentes e globalizadas.

O desenvolvimento adequado de uma pesquisa experimental não pode ser baseado apenas no ponto de vista do rigor científico, mas deve também atender a preceitos éticos e de bem-estar animal.

Considerando o grande progresso já atingido pelas medicinas humana e veterinária, e que as investigações atuais serão de igual modo benéficas para todas as formas de vida no futuro, podemos de alguma forma compreender a necessidade da pesquisa com animais.

Alternativas

Alternativas ao uso de animais em experimentação são procedimentos que podem substituí-los completamente, reduzir a quantidade utilizada ou diminuir o grau de dor/sofrimento causado.

Apesar da pressão exercida pelos ativistas para que a experimentação animal seja banida por completo, é evidente que são medidas extremas que colocariam em risco o bem-estar do homem e dos próprios animais. Os pesquisadores seriam grandemente prejudicados na obtenção de novos conhecimentos para o desenvolvimento de medicamentos e imunobiológicos, na busca da prevenção e da cura de diversas patologias.

O conceito dos três Rs enunciado pelos cientistas Russel e Burch, em 1959, causou um dos maiores impactos nas mudanças quanto ao uso de animais em experimentação, pesquisas e ensino. Este conceito baseado nas palavras replacement, reduction e refinement, interpretadas como substituição dos animais, redução da sua quantidade e aprimoramento das técnicas empregadas, ganhou força no meio científico e contribuiu com os pesquisadores para minimizar a utilização dos animais em pesquisa.

O uso de alternativas é sem dúvida o melhor caminho, embora não sejam capazes, atualmente, de reproduzir as complexas interações entre os sistemas e as reações bioquímicas que ocorrem entre as proteínas, hormônios e outras substâncias essenciais existentes em um organismo vivo, bem como os diferentes processos de metabolismo.

Veterinário faz sucesso na prefeitura de Cantagalo

Nosso colega médico veterinário Joaquim Augusto Carvalho de Paula, mais conhecido pelos amigos e eleitores como Guga, é um exemplo de que, apesar das dificuldades que todos conhecemos e da falta de prestígio da classe política em todo o território nacional, ainda há administradores públicos à altura da confiança depositada neles pelos eleitores.

Seus méritos foram reconhecidos, recentemente pelo SEBRAE o que resultou no prêmio de melhor prefeito do estado do Rio de Janeiro.

Nova era

Como afirma o nosso colega: - "Cantagalo vive uma nova era de esperança e de confiança no futuro e nos sentimos orgulhosos de fazer parte dessa nova fase da vida político-administrativa do município. Nosso problema é que temos um município muito grande para atender e a Constituição Federal passou para os municípios a responsabilidade de solução de inúmeros problemas mas não os recursos correspondentes".

Currículo

Joaquim Augusto Carvalho de Paula formou-se pela Faculdade de Veterinária da UFF em 1977 e é funcionário concursado da Emater desde junho de 1978, exercendo, inicialmente, suas atividades no escritório de Paraíba do Sul, transferindo-se para Cantagalo dois anos depois. Foi Secretário Municipal de Agricultura no período 1987/2000, que acabou incluindo a área de Meio Ambiente, no segundo mandato do seu pai, Wilder Sebastião de Paula.

Realizações

Como Secretário de Agricultura e Meio Ambiente percorreu todo o Município tomando contato direto com sua realidade e necessidades. Dialogou com muita gente ouvindo pleitos e sugestões.

Instalou a Usina de Reciclagem e Compostagem de Lixo Urbano, que é considerada padrão no estado do Rio de Janeiro; implantou o Incinerador de Lixo Hospitalar que é um dos poucos em pleno funcionamento em todo o Estado; recuperou diversas áreas degradadas, executou medidas de preservação das nascentes; plantou matas ciliares; construiu reservatório para piscicultura, tendo atendido a mais de mil propriedades. Distribuiu 160 mil mudas de eucalipto aos proprietários rurais de Cantagalo, acompanhadas de adubo orgânico originário da Usina de Reciclagem, além de calcário e de adubo químico. Estimulou a instalação de hortas domésticas e plantou árvores nativas da região.

Fez um excelente trabalho de prevenção da febre aftosa conseguindo um índice vacinal de 97%.

Compromissos

Como compromisso de campanha, o Guga afirmou que adotaria como lema, "Confiança, Honestidade e Trabalho" e prometeu que, se fosse eleito, criaria a Ouvidoria, o Governo Itinerante e o Orçamento Participativo. Prometeu e...cumpru o que não é propriamente a regra nesse nosso País vítima da mentira, do cinismo e da corrupção.

Saúde

As áreas da saúde e da educação foram grandemente desenvolvidas através do aprimoramento dos serviços e o atendimento à população.

O Programa de Saúde da Família - PSF - teve oito Postos equipados, quatro na sede do município e quatro nas sedes dos distritos. Cada um desses oito postos conta com: um médico, um dentista, um enfermeiro, oito agentes comunitários, um auxiliar de enfermagem, um auxiliar de dentista, um fisioterapeuta e um nutricionista, equipe que cobre 100% da população. Há, ainda, os sub-postos que dão assistência à toda a zona rural.

Educação

Na área da educação, o grande empenho foi na construção e na reconstrução de prédios escolares, em grande parte substituindo as telhas de cimento-amianto por telhas de barro, melhorando muito o conforto dos alunos e professores. E tudo isso apesar do município ter sido grandemente prejudicado com a perda substancial de renda pelo FUNDEF.

Eventos culturais são permanentemente promovidos com a participação expressiva da população.

Planejamento

Sob a orientação da Fundação Getúlio Vargas, nosso colega projetou e está implantando um Plano Diretor que prevê, inclusive, a construção de um Aeroporto Regional e de um Distrito Industrial.



I Seminário de Ensino de Zootecnia do Estado do Rio de Janeiro

Implementação das Diretrizes Curriculares

Data: 06 e 07 de abril de 2006

Local: Instituto de Zootecnia/UFRRJ

Número de participantes: 75 (coordenadores de cursos de zootecnia, professores, diretores, chefes de departamentos e estudantes de graduação).

As metas e os objetivos do evento foram plenamente atingidos. Considerando a especificidade do evento e público alvo, observamos que a representatividade das instituições,

segmentos acadêmicos e o número de participantes superou as expectativas. Durante o evento foram destacados os principais pontos relativos a formação dos zootecnistas, considerando-se a realidade atual e as perspectivas futuras, bem com, o perfil desejado pelo mercado, criando assim, condições para que sejam dados os primeiros passos com vista à implementação das diretrizes curriculares nos cursos de zootecnia existentes no Estado do Rio de Janeiro.

Os trabalhos transcorreram de maneira agradável, permitindo que os representantes tanto do corpo do-



Auditório do evento.

cente como discente pudessem se manifestar de forma democrática, expondo seus pontos de vista e colaborando sobre o tema em discussão. Como já era esperado, pela experiência e domínio sobre o assun-



Da esquerda para a direita: Prof. Nelson Matos, Profª Rosângela de Freitas, Prof. José Paulo de Oliveira, Dr. Eduardo Borges e Dr. Douglas Ramos.

to, o prof. Walter Motta Ferreira e a Profª Célia Orlandelli, conduziram de maneira brilhante os trabalhos.

III Seminário de Ensino de Medicina Veterinária do Estado do Rio de Janeiro

Data: 05 e 06 de maio de 2006

Local: UFF

Estiveram presentes aproximadamente 60 participantes entre reitores, diretores, coordenadores de curso e professores das diversas escolas de medicina veterinária do estado do Rio, bem como participantes de outros estados.

O evento passa a ser uma grande oportunidade de capacitar o corpo docente dos cursos de medicina veterinária do estado do Rio, nas questões relacionadas à melhoria acadêmica de nossos professores e conseqüentemente dos nossos cursos.

O evento teve um cunho extremamente técnico, oportunizando um alto nível de informação ao grupo, dinamizado por temas relevantes através de seus palestrantes: A relação Universidade /Empresa, onde o Professor Paulo Alcântara Gomes, Reitor da Universidade Castelo Branco, ex-Reitor da UFRJ e Presidente da Rede de Tecnologia em Mesa Redonda, com o Professor Armando

Augusto Clemente, também da Rede de Tecnologia, discutiram alternativas para o desenvolvimento dos cursos através das parcerias com as empresas; O Professor Maurício Garcia, médico veterinário e ex-Vice-Reitor da Universidade Anhembi-Morumbi (SP), apresentou mecanismos alternativos e importantes na educação moderna através da Internet, onde o aluno de hoje tem em suas mãos ferramentas e muita facilidade na busca da informação.

No sábado, dia 06, o Professor Irineu Machado Benevides Filho, Coordenador do Curso de Medicina Veterinária da Unigranrio e a Professora Victória Brant, do Núcleo de Educação em Saúde da UFRJ, discutiram os desafios do projeto pedagógico com enfoque na área de saúde e medicina veterinária. Esta temática tratou da busca do entendimento de que o projeto de um curso não se baseia apenas na construção de um currículo e sim de suas interações com o processo de ensino aprendizagem. A Professora Ana Canen, doutora em educação e professora da UFRJ, mostrou o quanto

podem os docentes e gestores melhorar suas atividades através de uma boa avaliação de seus processos, contribuindo com muitas alternativas e debatendo com os participantes, sendo um dos temas mais polêmicos.

O Conselho instituiu o "Prêmio Médico Veterinário Educador do Ano", por ocasião da sua VII Sessão Plenária Ordinária, sendo agraciado o Prof. Walker André Chagas, que este ano completou 50 anos de efetivo exercício do magistério.

Fechando o Seminário, os professores Eduardo Harry Birgel (USP) e o Professor Zelson Giácomo Loss (UFRRJ), deram grande contribuição apresentando os resultados e o futuro das provas de certificação do CFMV e os modelos de hospital escola veterinária, buscando como seu lucro maior o ensino/aprendizagem através de suas rotinas e envolvimento de seus professores e alunos.

Desta forma, consideramos que o evento foi um sucesso e a Comissão de Ensino de Medicina Veterinária do CRMV-RJ, buscará a continuidade desta capacitação em even-

tos isolados e vai se preparar para que o IV Seminário apresente à comunidade acadêmica veterinária um momento de discussão e atualização ainda mais rico.



Da esquerda para a direita: Prof. Eduardo Birgel e o Prof. Walker Chagas.



Da direita para a esquerda: Prof. Marcelo Pacheco, Profª Eliana Mesquita, Dr. Everardo Machado, Magnífico Reitor da UFF, Prof. Cícero Fialho Rodrigues, Prof. Sérgio Carmona e o Magnífico Reitor da Universidade Castelo Branco, Professor Paulo Alcântara Gomes.

Realização: CRMV-RJ / Comissão de Ensino de Medicina Veterinária / Comissão de Ensino de Zootecnia / Câmara Técnica de Zootecnia.
Apoio: Faculdade de Veterinária UFF / Instituto de Zootecnia UFRRJ / FAGRAM / UENF.

Fraqueza do Estado ameaça pesquisa

*Luiz Octavio Pires Leal

No início da década de 1960, eu trabalhava na CNA–Comissão Nacional de Avicultura que funcionava no prédio do Ministério da Agricultura, aqui no Rio, localizado no Largo da Misericórdia, perto da Praça XV. Seu objetivo era lançar as bases da moderna avicultura industrial, o que foi conseguido sob a direção de Mário Vilhena, um engenheiro agrônomo e jornalista e do médico veterinário e jornalista Jorge Vaitsman, que dá nome ao Instituto. Temos, hoje, a mais importante avicultura do mundo, rivalizando com a dos Estados Unidos, que nos serviu de modelo. A CNA abrigava um grupo de idealistas e dela também participava a iniciativa privada. Dentre seus membros, havia avicultores importantes, comunicadores e até um médico que trocou sua profissão original pela avicultura. Haroldo Vieira de Vasconcellos tinha uma inteligência superior, domínio absoluto do idioma inglês e apurado senso de humor, como é comum nas pessoas inteligentes. Tenho me lembrado muito dele nesses dias em que a alta tecnologia e a pesquisa vêm sendo ameaçadas pelo MST, que começou como um movimento sério e degenerou para a mais deslavada bagunça e, pior do que isso, uma constante ameaça à propriedade privada e, mais recentemente, à destruição de unidades de pesquisa e produção no campo da genética. O Haroldo nos advertia, antes de nossas palestras na tentativa de convencer avicultores tradicionais das medidas corretas de higiene, que tivéssemos cuidado, que fôssemos devagar porque eles “não acreditavam em micróbio menor do que barata”. Tive, também, experiência pessoal com um importante produtor, importador de matrizes e dono de abatedouro que, no então mais moderno edifício de escritórios do Rio de Janeiro (não cito seu nome com medo de ser agredido !) no hall do elevador, segurou no meu braço, olhou para um lado e para o outro e perguntou baixi-

nho: –“Doutor, me diga com franqueza, esse negócio de genética existe mesmo ou é conversa de americano para tirar dinheiro da gente?”

Pela fraqueza do poder público de todos os níveis, sou tentado a imaginar que as nossas autoridades também não acreditam em micróbio menor do que barata nem dão a menor importância ao trabalho de melhoramento genético. Essa me parece a “explicação” mais plausível para a indiferença e a absurda impunidade dos que, recentemente, destruíram o laboratório de melhoramento de espécies vegetais da Aracruz Celulose e de um importante produtor de sêmen e de embriões de gado zebu. O que aconteceu – e nada indica que deixará de continuar acontecendo – foi uma barbaridade, ou seja uma ação de bárbaros, indesculpável, inadmissível, imperdoável e que portanto, precisava e precisa ser, severamente punida.

O contraste da imagem de angústia, tristeza e decepção da responsável pelo laboratório da Aracruz ao ver seu trabalho de décadas estupidamente destruído e o “orgulho” de um grupo de mulheres ignorantes e irresponsáveis pela destruição que causaram, dá bem uma idéia do nível olímpico em que chegou a certeza da impunidade no Brasil e da insegurança dos produtores que investem dinheiro, tempo e idealismo na tentativa – que vem sendo muito bem sucedida – de obter produtos animais e vegetais geneticamente melhorados, aumentando a riqueza do país, apesar de todas as dificuldades técnicas e dos obstáculos encontrados.

Já imaginou, o prezado leitor, se agora, com o vale tudo da campanha eleitoral, os adeptos do MST – que já ocupam impunemente edifícios públicos – resolverem destruir, por exemplo, os laboratórios e campos experimentais da Embrapa para “chamar a atenção” do público e permanecerem impunes?

*médico veterinário e jornalista
piresleal@globo.com

Fábio Ramos
zootecnista,
consultor

Zootecnia

A Zootecnia e seu papel no novo cenário dos alimentos

O aparecimento do “mal da vaca louca”, as constantes ocorrências de focos de febre aftosa, a gripe aviária e outros escândalos relacionados à falta de defesa e controle sanitário, a falta do desenvolvimento de modelos de produção animal que garantam que o processo seja seguro para o ser humano, os potenciais problemas que existem e que sabemos que podem a qualquer momento trazer novas surpresas, todos estes fatores nos indicam a necessidade de repensar os conceitos da produção animal.

A zootecnia tem uma importância estratégica neste novo cenário marcado pelos escândalos no setor de produção animal. Além de todas as ocorrências que indicam uma falta de controle, a qualidade dos alimentos produzidos também está aquém das exigências dos consumidores.

Outro fator de importância é relacionado ao custo financeiro. Para realizar as medidas de controle, acabamos por direcionar recursos para tentar salvar e não para desenvolver novas formas de produção.

O atual referencial de qualidade dos alimentos está sendo totalmente questionado pelos consumidores, os quais já iniciaram um movimento na direção de exigir novos parâmetros sobre o que é um alimento de qualidade. Diversas pesquisas realizadas junto aos consumidores indicam que a saúde é a sua principal preocupação em relação aos alimentos.

A Zootecnia encontra-se no eixo central desta situação, ou seja, os zootecnistas são profissionais que podem assumir a questão sobre um modelo de produção animal sustentável. Um bom exemplo do posicionamento da zootecnia e o Zootec, evento que reúne a classe em discussões técnicas e científicas. Nos últimos eventos em 2002 no Rio, 2003 em Uberaba, 2004 em Brasília e 2005 em Campo Grande, foram abordados vários painéis que traziam a discussão sobre novas formas de produzir alimento de origem animal. O Zootec 2006, a ser realizado na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, entre os dias 24 a 27 de maio de 2006, apresentará vários temas voltados para sistemas sustentáveis de produção. Este é o caminho, a zootecnia tem a competência para o desenvolvimento técnico e científico e vem cumprindo esta missão.

As exigências dos consumidores motivam formas de produção dentro de normas que comprovem a qualidade do alimento, e estão determinando a qualidade como critério de segurança alimentar. Esta demanda pode garantir que os produtores vão se adequar às exigências legais e vão se especializar em produção de qualidade superior, originário de sistemas racionais de produção. O mercado ainda vai passar por um processo de ajuste e adequação a esta nova rede de produção e consumo.

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Rio de Janeiro

Presidente: Eduardo Batista Borges
Vice-Presidente: Ricardo Siqueira da Silva
Secretária Geral: Eucy Tavares Galamba
Tesoureiro: Everardo Duarte Machado

Conselheiros Efetivos
Carlos Henrique Pizarro Borges
Cícero Araújo Pitombo
Douglas Oliveira Ramos
Ismar Araújo de Moraes
Nádia Regina Pereira Almosny
Sérgio Henrique Emerick

Conselheiros Suplentes
Andréa de Azevedo Balthazar
Cláudio Pinto Vicente
Cristina Silva Grootenboer
José Paulo de Oliveira
Marcelo Hauaji de Sá Pacheco
Renata Neves Ignácio

Jornalista Responsável: Luiz Octavio Pires Leal
Reg. Prof. 11926/49/87v
CRMV-RJ nº 608

Secretária de Redação: Kátia Brito

Endereço: Rua Torres Homem, 475, Vila Isabel – CEP 20551-070 – Rio de Janeiro/RJ
Tel.: (21) 2576 7281 – Fax: (21) 2576 7844 – Web: www.crmvrj.com.br – E-mail: crmvjr@cmvrj.com.br

Tiragem: 12.000 exemplares / Periodicidade: Mensal
Distribuição Gratuita

Diagramação e Editoração Eletrônica: I Graficci
CTP e Impressão: Zoomgraf-K Ltda – (21) 2620 2277

Decreto da Presidência da República regulamenta lei de 1991 e organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária

O Decreto No. 5.741, de 30 de março de 2006, regulamenta os artigos 27-A, 28-A e 29-A da Lei No. 8.171, de 17 de janeiro de 1991, organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária e dá outras providências.

O decreto, cuja íntegra pode ser encontrada no site da Presidência da República, tem onze capítulos e 52 páginas de texto.

A seguir, alguns destaques deste diploma legal (a numeração é da nossa redação).

1. Fica instituído o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária com a participação dos serviços e instituições oficiais; dos produtores e trabalhadores rurais, suas associações e técnicos que lhes prestam assistência; órgãos de fiscalização das categorias profissionais diretamente vinculados à sanidade agropecuária e entidades gestoras de fundos organizados pelo setor privado para complementar as ações públicas no campo da defesa agropecuária.

2. O Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária opera em conformidade com os princípios e definições da sanidade agropecuária, incluindo o controle de atividades de saúde, sanidade, inspeção, fiscalização, educação, vigilância de animais, vegetais, insumos e produtos de origem animal e vegetal.

3. O Sistema desenvolverá, permanentemente, as seguintes atividades: vigilância e defesa sanitária vegetal; vigilância e defesa sanitária animal; inspeção e classificação de produtos de origem vegetal, seus derivados, subprodutos e resíduos de valor econômico; inspeção e classificação de produtos de origem animal, seus derivados, subprodutos e resíduos de valor econômico, e fiscalização dos insumos e dos serviços usados nas atividades agropecuárias.

4. O Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária articular-se-á com o Sistema Único de Saúde, no que for atinente à saúde pública.

5. As regras gerais e específicas do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária têm por objetivo garantir a proteção da saúde dos animais e a sanidade dos vegetais, a idoneidade dos insumos e dos serviços utilizados na agropecuária, e identidade, qualidade e segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores.

6. O Sistema funciona de forma integrada para garantir a sanidade agropecuária, desde o local da produção primária até a colocação do produto final no mercado interno ou sua destinação para a exportação.

7. Os produtores rurais, industriais e fornecedores de insumos, distribuidores, cooperativas e associações, industriais e agroindustriais, atacadistas e varejistas, importadores e exportadores, empresários e quaisquer outros operadores do agronegócio, ao longo da cadeia de produção, são responsáveis pela garantia de que a sanidade e a qualidade dos produtos de origem animal e vegetal, e a dos insumos agropecuários não sejam comprometidas.

8. A realização de controles oficiais nos termos deste Regulamento não exime os participantes da cadeia produtiva da responsabilidade legal e principal de garantir a saúde dos animais, a sanidade dos vegetais, a segurança, a qualidade e a identidade dos produtos de origem animal e vegetal, e dos insumos agropecuários, nem impede a realização de novos controles ou isenta da responsabilidade civil ou penal decorrente do descumprimento de suas obrigações.

9. Os produtores rurais e os demais integrantes das cadeias produtivas cooperarão com as autoridades competentes para assegurar maior efetividade dos controles oficiais e melhoria da sanidade agropecuária.

10. Os processos de controle sanitário incluirão a rastreabilidade dos produtos de origem animal e vegetal, dos insumos agropecuários e respectivos ingredientes e das matérias-primas, ao longo da cadeia produtiva.

11. A área municipal é a unidade geográfica básica para a organização do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária e para o funcionamento dos serviços oficiais de sanidade agropecuária.

12. Este Regulamento se aplica a todas as fases da produção, transformação, distribuição e dos serviços agropecuários, sem prejuízo de requisitos específicos para assegurar a sanidade agropecuária, a qualidade, a origem e identidade dos produtos e insumos agropecuários.

13. Os participantes da cadeia produtiva estão obrigados a cientificar à autoridade competente, na forma por ela requerida: nomes e características dos estabelecimentos sob seu controle, que se dedicam a qualquer das fases de produção, transformação, distribuição e dos serviços agropecuários; informações atualizadas sobre os estabelecimentos, mediante a notificação de qualquer alteração significativa das atividades e de seu eventual encerramento, e ocorrência de alterações das condições sanitárias e fitossanitárias registradas em seus estabelecimentos, unidades produtivas ou propriedades.

14. Os métodos oficiais de amostragem e análise utilizados como referência serão estabelecidos observando norma específica.

15. Enquanto não forem especificados os métodos oficiais de amostragem ou de análise, podem ser utilizados métodos que sejam cientificamente validados em conformidade com regras ou protocolos internacionalmente reconhecidos.

16. As atividades do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária serão executadas pelas Instâncias Central e Superior, Intermediárias e Locais.

17. A Instância Central e Superior responderá pelas atividades privativas do Governo Federal, de natureza política, estratégica, normativa, reguladora, coordenadora, supervisora, auditora, fiscalizadora e inspetora, incluindo atividades de natureza operacional, se assim determinar o interesse nacional ou regional.

18. As Instâncias Intermediárias serão responsáveis pela execução das atividades de natureza estratégica, normativa, reguladora, coordenadora e operativa de interesse da União, e também as privativas dos Estados ou do Distrito Federal, em seus respectivos âmbitos de atuação e nos termos das regulamentações federal, estadual ou distrital pertinentes.

19. As Instâncias Locais responderão pela execução de ações de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, no âmbito de sua atuação, nos termos das legislações federal, estadual, distrital ou municipal pertinentes.

20. Cabe ao Sistema zelar pelo pleno cumprimento das legislações específicas vigentes, que regulamentam as atividades de defesa agropecuária, as obrigações e os compromissos assumidos pelos acordos internacionais.

21. Cabe ao Conselho Nacional de Política Agrícola assegurar que órgãos colegiados sejam constituídos com participação de representantes dos governos e da sociedade civil, garantindo funcionamento democrático e harmonizando interesses federativos e de todos os participantes do sistema, e aprovar os regimentos internos dos órgãos colegiados.

22. As Unidades Descentralizadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Laboratórios Nacionais Agropecuários - são integrantes da Instância Central Superior.

23. Às Instâncias Intermediárias do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária compete as seguintes atividades: vigilância agropecuária do trânsito interestadual de vegetais e animais; coordenação e execução de programas e campanhas de controle e erradicação de pragas dos vegetais e doenças dos animais; manutenção dos informes nosográficos; coordenação e execução das ações de epidemiologia; coordenação e execução dos programas, dos projetos e das atividades de educação sanitária em sua área de atuação, e controle da rede de diagnóstico e dos profissionais de sanidade credenciados.

24. As atividades da Instância Local serão exercidas pela unidade local de Atenção à Sanidade Agropecuária, a qual estará vinculada à Instância Intermediária, na forma definida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, como Instância Central e Superior, e poderá abranger uma ou mais unidades geográficas básicas, municípios, incluindo microrregião, território, associação de municípios, consórcio de municípios ou outras formas associativas de municípios.

25. A Instância Local dará, na sua jurisdição, plena atenção à sanidade agropecuária, com a participação da sociedade organizada, tratando das seguintes atividades: cadastro das propriedades; inventário das populações animais e vegetais; controle de trânsito de animais e vegetais; cadastro dos profissionais atuantes em sanidade; execução dos programas, projetos e atividades de educação sanitária em defesa agropecuária, na sua área de atuação; cadastro das casas de comércio de produtos de usos agrônomico e veterinário; cadastro dos laboratórios de diagnóstico de doenças; inventário das doenças e pragas diagnosticadas; execução de campanhas de controle de doenças e pragas; educação e vigilância sanitária; participação em projetos de erradicação de doenças e pragas, e atuação em programas de erradicação de doenças e pragas.

26. Os Fiscais Federais Agropecuários são as autoridades competentes para atuar na área da fiscalização da sanidade agropecuária das importações, exportações e trânsito aduaneiro de animais, vegetais, insumos, inclusive alimentos para animais, e produtos de origem animal e vegetal.

27. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, como Instância Central e Superior, definirá procedimentos a serem observados no credenciamento de empresas ou organizações interessadas na prestação de serviços técnicos ou operacionais, conforme legislação pertinente.

28. Cabe à autoridade competente avaliar se o prestador de serviço atende aos requisitos de procedimentos, pessoal, infra-estrutura, equipamentos, conhecimento técnico e outras exigências legais, na forma definida neste Regulamento e na legislação sanitária e fitossanitária específica.

29. As três Instâncias do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária poderão habilitar profissionais para prestar serviços e emitir documentos, conforme a legislação vigente, na forma definida pelo Ministério, como Instância Central e Superior.

30. As três Instâncias do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária serão responsáveis pela capacitação do seu corpo de profissionais.

31. A análise de risco será o método básico utilizado na definição dos procedimentos de atenção à sanidade agropecuária.

32. As análises de risco serão elaboradas utilizando as referências e os conceitos harmonizados internacionalmente e aprovadas em acordos firmados no Brasil.

33. Para alcançar o objetivo geral de elevado nível de proteção à saúde animal e à sanidade vegetal, a garantia da inocuidade dos produtos de origem animal e vegetal, as medidas sanitárias e fitossanitárias serão baseadas em análise de risco, exceto quando não for adequado às circunstâncias ou à natureza da medida.

34. Os produtores de animais, vegetais, insumos agropecuários, inclusive alimentos para animais, e produtos de origem animal e vegetal observarão os princípios do sistema de Análises de Perigos e Pontos Críticos de Controle - APPCC - conforme normas específicas.

35. É responsabilidade das três Instâncias garantir os recursos necessários para as atividades do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, em suas respectivas jurisdições, observando a legislação pertinente.